

O ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO COMO CAMPO METODOLÓGICO: A PRODUÇÃO DE REFERENTES ATRAVÉS DOS PERFORMATIVOS

Henrique de Oliveira Lee (UFMT)

Resumo: O conceito de espaço autobiográfico resulta do percurso teórico empreendido por Philippe Lejeune (1975) no sentido de deslocar o problema da autobiografia da definição formal do gênero para os aspectos da recepção. Tal percurso nos oferece insights à respeito da produção de referentes no texto autobiográfico, qual seja, a ideia de que os referentes são produzidos através de um pacto referencial de leitura, fato que expõe sua natureza performativa.

Palavras-chave: Espaço autobiográfico, Pacto referencial, performativo

What we call ideology is precisely the confusion of linguistic with natural reality, of reference with phenomenalism. It follows that, more than any other mode of inquiry, including economics, the linguistics of literariness is a powerful and indispensable tool in the unmasking of ideological aberrations, as well as a determining factor in accounting for their occurrence" (DE MAN, Resistance to theory, p. 11).

Introdução:

Diante das “ruínas circulares” que aprisionavam as tentativas de definição do gênero autobiográfico, Philippe Lejeune (1975), após um exaustivo percurso dentro das possibilidades de definição formal do gênero, deslocou o problema da perspectiva formalista para os aspectos relacionados à recepção do texto autobiográfico. Embora a noção de "pacto de leitura" esteja ainda, na perspectiva de Lejeune, atrelada aos aspectos formais que indicam a efetivação do contrato de leitura, tal deslocamento permitiu entrever que o aspecto "autobiográfico" de um texto está condicionado a uma decisão do leitor.

Noções formuladas por Lejeune tais como "espaço autobiográfico", e seus derivados "pacto autobiográfico" e "pacto fantasmático", nos fornecem um testemunho de como o percurso teórico de Lejeune revelou áreas de **indecibilidade** através das tentativas exaustivas de definição formal do gênero. No entanto, ali onde há um indecível, demanda-se de um leitor ou uma comunidade de leitores a capacidade de sancionar, individual ou institucionalmente, uma decisão em relação ao texto para que ele possa, desse modo, ganhar as determinações necessárias à construção de sentido.

Tal é o objeto da discussão e da crítica de Paul De Man em "Autobiography as De-facement", pensar a autobiografia enquanto figura de leitura. O espaço autobiográfico, visto sob a ótica da crítica de De Man, constitui, um campo metodológico que não impõe

distinção formal entre o a ficção e a autobiografia, pois prefere pensar o funcionamento desses textos para o leitor enquanto conjunto de possibilidades capaz de criar certa imagem de autor. Desse modo, De Man demonstra que o espaço autobiográfico é o campo metodológico que nos permite investigar os aspectos performativos de um determinado texto no que diz respeito à produção de referentes.

O pacto referencial e o pacto autobiográfico

Um dos pontos de confusão e obscuridade nos pressupostos de definição contratual do gênero autobiográfico diz respeito ao fato de que constantemente somos convidados a ler nos signos da produção literária de um(a) autor(a) resquícios, vestígios, semelhanças e analogias que podem remeter a pactos autobiográficos parciais com todo e qualquer texto do autor(a) em questão.

Diante deste problema, Lejeune propõe uma importante distinção para o seu sistema teórico, entre identidade e semelhança, ou verossimilhança. A identidade, diz Lejeune (1975, tradução nossa, p.36), “é um fato apreensível – aceita ou refutada no nível da enunciação; a semelhança é uma relação sujeita a discussão e nuances infinitas estabelecidas a partir do enunciado.” Assim, Lejeune (1975, tradução nossa, p. 25) pode afirmar que, diferentemente do romance autobiográfico, “a autobiografia não comporta graus, ela é tudo ou nada”.

Estabelece-se, assim, uma distinção sutil entre o pacto autobiográfico e o chamado pacto referencial. Já que a capacidade de oferecer referentes ou de alegar a existência de elementos textuais em supostos registros de elementos extratextuais tem um papel fundamental na efetivação de um pacto autobiográfico, como já demonstrado por trabalhos como de Elizabeth Bruss que estabelece como critério para autobiografia a possibilidade de verificação pública. Portanto, o pacto autobiográfico parece implicar sempre um pacto referencial em alguma medida. Nossa tendência é abordar tanto a autobiografia como autobiografia como um texto referencial e aplicar a esses gêneros um enfoque historicista. Dessa forma, como leitores, perceberíamos a autobiografia e a biografia, em oposição a todos os textos de ficção, como textos que estabelecem um pacto referencial, ou seja, textos que, como no discurso científico e histórico, pretendem fornecer enunciados constatativos sobre uma “realidade” exterior ao texto, e, portanto, verificáveis. A diferença entre identidade e semelhança revela justamente que o pacto

autobiográfico não é necessariamente um pacto referencial, já que a identidade entre autor, personagem e narrador pode ser afirmada ou negada, enquanto que a semelhança ou a verossimilhança é uma relação sempre aberta, que pode ser infinitamente discutida. O fato de vários leitores e escritores caírem ingenuamente nessa peça e tratar a autobiografia como um discurso referencial, comprova, para Lejeune, que talvez essa seja uma ilusão necessária para o funcionamento do gênero.

Quando a autobiografia passa, segundo Lejeune, a ser uma questão de identidade e não de verossimilhança, o que dizer dos romances e ficções em que o leitor tem claramente a impressão de que se trata do autor ou de sua vida, apesar de nenhuma afirmação dessa identidade ou do pacto autobiográfico? Se o leitor é convidado a ler um romance como um fantasma revelador do indivíduo, Lejeune chamará a isso de um pacto fantasmático. O pacto fantasmático funda-se em uma série de semelhanças que levam o leitor a supor uma identidade que não é afirmada explicitamente.

Logo, então, pensar o pacto referencial como uma ilusão necessária ao funcionamento do gênero autobiográfico leva quase inevitavelmente à pergunta: o que seria mais verdadeiro: a autobiografia ou o romance autobiográfico? Pois, se por um lado a autobiografia, constringida por seu compromisso referencial, ganha em exatidão para perder em complexidade, o romance autobiográfico seguiria o caminho contrário. Lejeune pondera que não se trata de pensar que um seria mais verdadeiro do que o outro, mas antes examinar a relação de um com o outro. “O que se torna revelador é o espaço no qual se inscrevem as duas categorias de texto e que não é redutível a nenhuma das duas. O efeito de relevo obtido por esse procedimento é a criação pelo leitor de um espaço autobiográfico.”

A problemática da autobiografia, então, se torna mais flutuante, não se funda sobre uma relação estabelecida entre o texto e um mundo extratextual e seus processos de referencialidade, pois tal relação poderia ser apenas a da semelhança indeterminadamente aberta e discutível – em maior ou menor grau. Tampouco se fundará apenas sobre a análise de um funcionamento interno ao texto e suas estruturas, mas numa análise no nível global da publicação, do contrato, explícito ou implícito, proposto pelo autor ao leitor. É esse contrato que determina modos de leitura do texto e que engendra certos efeitos que, atribuídos ao próprio texto, o definem como autobiografia. A questão da referencialidade ou os pensamentos que partem da premissa que opõe “o real” ao ficcional – mesmo que

depois se diga que eles se misturam e interpenetram – cria para a teoria uma espécie de beco sem saída, um binarismo insuperável. Isso faz sentido se pensarmos com Barthes que “o real é (por definição) irrepresentável” e que a literatura existe justamente como tentativa, sempre falha, de lograr tal impossibilidade. Reconhecer a indecidibilidade, do ponto de vista teórico, do pacto referencial e ao mesmo tempo apontá-lo como ilusão necessária ao funcionamento do gênero autobiográfico é uma astúcia do jogo de Lejeune.

A direção do deslocamento da questão da autobiografia, como vemos, é para o polo da recepção. A autobiografia concebida como modo de escritura e, ao mesmo tempo, um modo de leitura sugere um contrato de leitura; entretanto, não se trata de um contrato fixo, cujo autor da autobiografia é o definidor único, mas sujeito a variações históricas e culturais do leitor (que não é apenas implícito):

Os jogos sobre a alegação de realidade nas obras de ficção não são praticados mais hoje do mesmo modo como o eram no século XVIII, em contrapartida, os leitores tomaram gosto por adivinhar a presença do autor (e de seu inconsciente) mesmo diante de produções que não possuem aparência de autobiografia, bem como os pactos fantasmáticos criaram novos hábitos de leitura (LEJEUNE, 1975, tradução nossa, p.45) .

O espaço autobiográfico

Considerando esses novos hábitos de leitura e de escritura, faz-se necessário, para Lejeune, forjar um novo conceito que possa distinguir essa nova atitude perante a escrita daquela da autobiografia em seu sentido estrito, como uma narrativa retrospectiva em primeira pessoa que enfatiza a história da personalidade do próprio autor.

Lejeune (1975) chamou de **espaço autobiográfico** o jogo de textos que pode abranger uma autobiografia e que tem por função construir e produzir uma certa imagem do autor. Este espaço pode ser descrito como uma arquitetura de textos que estabelecem relações mútuas, alguns de ficção, outros de crítica, ensaios, escritos íntimos, prefácios, todos eles remetendo a uma certa imagem do autor. Uma imagem que não coincide exatamente com um conteúdo enunciado, mas é também um efeito de enunciação, e por isso produz certa ambiguidade do pacto de leitura. A ambiguidade do pacto de leitura se dá, justamente, pela impossibilidade de estabelecer uma hierarquia entre dados empiricamente verificáveis da identidade civil, necessários à efetivação de um **pacto autobiográfico**, e a impressão de verossimilhança coetânea da crença de que um fantasma revelador do indivíduo autor esteja presente no texto, capazes de suscitar o **pacto**

fantasmático. Poderíamos - já para introduzir antecipadamente o problema que desejamos circunscrever neste trabalho - dizer que tal ambiguidade do pacto de leitura se dá porque essa recusa de hierarquização entre dados verificáveis exigidos pelo pacto autobiográfico e os signos difusos capazes de engendrar um pacto fantasmático, equivale a uma recusa em aceitar tacitamente a distinção entre enunciados constataativos e enunciados performativos.

Talvez tenha sido através da leitura de Paul De Man sobre o problema da autobiografia em Lejeune que essa intuição - a de deslocar o problema da definição formal do gênero para o problema da recepção - tenha ganhado contornos mais nítidos. Paul De Man, em seu "Autobiography as de-facement" radicaliza esse deslocamento e propõe pensar a autobiografia não como gênero, mas como uma figura de leitura:

Autobiografia, deste modo, não é um gênero ou uma modalidade, mas uma figura de leitura ou de compreensão que ocorre, em algum grau, em todos os textos. O momento autobiográfico acontece como um alinhamento entre os dois sujeitos envolvidos no processo de leitura, nos quais eles determinam um ao outro, por substituições reflexivas mútuas. A estrutura especular é interiorizada no texto cujo autor declara a si mesmo como objeto do seu próprio entendimento, mas isso apenas torna explícita a alegação de autoria que toma lugar sempre que é afirmado a respeito de um texto ser de alguém e ser, supostamente, compreensível de acordo com o caso. O que equivale dizer que qualquer livro com uma capa de título legível é, em algum grau, autobiográfico. Mas assim como parecemos afirmar que todos os textos são autobiográficos, na mesma moeda devemos afirmar que nenhum deles pode ser. As dificuldades de definições gerais que afetam o estudo da autobiografia repetem uma instabilidade inerente, que desfaz o modelo tão logo ele se estabelece. (De Man, 1984, tradução nossa, p. 70)

Nesse sentido, o que faz um texto funcionar como autobiografia é que ele seja lido enquanto tal, ou seja, trata-se de um modo de leitura que os enunciados de um texto são lidos sob o signo de um pacto de leitura autobiográfico, algo que não se confunde com nenhum dos sinais linguísticos presentes no texto. Trata-se, em suma, de uma decisão do leitor de se posicionar de modo a permitir tal alinhamento cognitivo e com ele uma série de processos especulares. Nesses processos especulares, o leitor preenche lacunas e indeterminações do texto construindo expectativas a respeito do que é ou não verossimilhante em relação ao que o leitor espera de um "personagem" que alega tomar a si mesmo como objeto de entendimento. O que constitui o signo de um pacto de leitura autobiográfico possui uma evidente implicação com aquilo que John Austin chamou de uma dimensão performativa da linguagem, pois tem a ver com a capacidade que

determinado texto possui de alterar o horizonte de expectativas de um leitor através da promessa implícita que estabelece as balizas de como ele deve ser lido. E é isso que possibilita o alinhamento cognitivo que De Man chama de “momento autobiográfico”.

O espaço autobiográfico, visto sob a ótica da crítica de De Man, constitui, um campo metodológico que não impõe distinção formal entre o a ficção e a autobiografia, pois prefere pensar o funcionamento desses textos para o leitor enquanto conjunto de possibilidades capaz de criar certa imagem de autor. E tal imagem do autor é decisiva para a persuasão do leitor quanto as possibilidades de decidir sobre o indecível de uma leitura.

O constativo e o efeito de real

A maneira como o filósofo da linguagem John Austin foi capaz de isolar o que ele chama de sentença performativa nos permite compreender o que seria uma mimese prospectiva e um “ato de enunciação”, expressões que utilizamos acima. Em primeiro lugar, ele nos diz que a sentença performativa “A) não descreve ou relata algo, não expressa algo que seja verdadeiro nem falso; B) enunciar a sentença é, ou é parte, da ação que não poderia ser descrita como simplesmente dizer algo.” (AUSTIN,1962, tradução nossa p. 5). Austin sugere ainda uma série de outros termos que poderiam cobrir espectros mais amplos ou estreitos do que se chama performativo, como o declarativo (ex. eu o batizo) e o contratual (ex. eu aposto).

Em outro artigo (LEE, 2015) procurei demonstrar a particularidade do ato performativo em Mishima: mais do que fazer comparecer o vivido em sua obra literária, este autor parece ter comprometido o seu destino com os signos de sua produção literária. Ao invés de um papel de mimese retrospectiva que comumente atribuímos à escrita “autobiográfica” – ou seja, tal qual Lejeune (1975, p. 14, tradução nossa) define a autobiografia “[...] narrativa em prosa retrospectiva que uma pessoa real faz de sua própria existência, colocando ênfase na sua história individual, particularmente a história de sua personalidade.” –, poderíamos pensar que na obra de Mishima está em jogo uma mimese por prospecção, o “espaço autobiográfico” não atua como uma descrição de um já dado ou já vivido, mas funciona antes como efeito de enunciação por meio do qual a vida se (com)promete como ato de encenação. Nesse sentido, o destino com o qual

Mishima se compromete é antecipado pela escrita e não meramente descrito através dela. A escrita no espaço autobiográfico de Mishima equivale ao desempenho de uma ação.

Justamente, as sentenças performativas são falas que desempenham uma ação que são efeito da enunciação mesma. Os exemplos de Austin de enunciados performativos são: fazer uma promessa ou juramento, uma aposta, batizar um navio. A perlocução, como também é chamada a sentença performativa, traz uma categoria relativamente original de comunicação, pois não é o transporte de um significado, mas a comunicação de um movimento original, uma operação e produção de um efeito. Diferindo da asserção clássica da enunciação constatativa, que são as asserções comumente concebidas como “descrições”, falsas ou verdadeiras, de um referente ou de um determinado estado de coisa, o referente da sentença performativa não se encontra fora dela, ou a precede. Não descreve algo que existe fora, ou antes, da linguagem. O performativo é um enunciado que transforma a situação dos interlocutores engendrando consequências pragmáticas.

A distinção entre os enunciados constatativos e performativos nos oferecem elementos fundamentais para se pensar a constituição dos pactos de leitura e todo o deslocamento efetuado por Lejeune do problema da definição formal do gênero autobiográfico para os problemas de leitura e recepção desses textos. Entretanto, é o tensionamento dessas categorias até o seu colapso que nos oferecerá um insight a respeito dos artifícios retóricos envolvidos na produção de referentes.

Ou seja, faz se necessário pensar um conjunto de protocolos sancionados institucionalmente que produzem, como diria Barthes, a ilusão referencial. De saída, já temos que nos perguntar por que Roland Barthes se refere ao processo de produção do referente como uma ilusão, uma prestidigitação?

Roland Barthes em "o efeito de real" aponta que os resíduos irredutíveis da análise funcional estruturalista da narrativa têm em comum denotarem o "real concreto".

Semioticamente, o "pormenor concreto" é constituído pela colusão direta de um referente e de um significante: o significado fica expulso do signo e, com ele, evidentemente, a possibilidade de desenvolver uma forma de significado, isto é, na realidade a própria estrutura narrativa. (...) É a isso que se poderia chamar "ilusão referencial". A verdade dessa ilusão é a seguinte: suprimido da enunciação realista à título de significado de denotação, o "real" volta a ela à título de significado de conotação; no momento mesmo em que se julga denotarem tais detalhes diretamente do real, nada mais fazem, sem o dizer do que significá-lo. (...) Em outras palavras, a própria carência do significado em proveito só do referente torna-se o significante mesmo do realismo: produz se um efeito de real, fundamento dessa verossimilhança inconfessa que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade (BARTHES, 2001,p. 189-90).

A “verdade da ilusão”, para Barthes, seria o fato de que uma aparente carência de significado seja justamente o elemento significativo quando se trata de significar o real. Aproveitando o mesmo insight sobre a prestidigitação retórica que engendra o sentido de real podemos explorar o “efeito de real” como modelo analógico pelo qual se formula um “efeito de constatação”. Pois trata-se da mesma forma de fazer passar a constatação como um tipo de enunciado em que o aspecto performativo ou imperativo encontra-se ausente.

Seguindo as trilhas através das quais Paul De Man persegue uma possível teoria da linguagem em Nietzsche encontramos uma ressonância com o empreendimento barthesiano no que tange a desconstrução da ilusão referencial:

In Nietzsche, the critique of metaphysics can be described as the deconstruction of the illusion that the language of truth (episteme) could be replaced by a language of persuasion (doxa). What seems to lead to an established priority of "setzen" over "erkennen," of language as action over language as truth, never quite reaches its mark. It under or overshoots it and, in so doing, it reveals that the target which one long since assumed to have been eliminated has merely been displaced. The episteme has hardly been restored intact to its former glory, but it has not been definitively eliminated either. The differentiation between performative and constative language (which Nietzsche anticipates) is undecidable; the deconstruction leading from the one model to the other is irreversible but it always remains suspended, regardless of how often it is repeated. (DE MAN, 1979, p.130)

De Man encontra em Nietzsche uma antecipação do pensamento de Austin sobre a diferenciação entre o constativo e o performativo. Mas enquanto Austin considera o performativo como a exceção e a constativo como regra, Nietzsche inverte essa relação: à princípio toda linguagem é performativa e postula entidades de modo imperativo. Além do modo de operação da ilusão referencial em Barthes pela via do suposto esvaziamento de sentido daquilo que por isso mesmo vai carregado do sentido de conotar o real, De Man acrescenta, pela leitura de Nietzsche, o elemento temporal e a antecipação de uma ordem futura a algo que nos é interdito no presente:

The language of identity and of logic asserts itself in the imperative mode and thus recognizes its own activity as the positing of entities. Logic consists of positional speech acts. As such, it acquires a temporal dimension for it posits as future what one is unable to do in the present: all "setzen" is "voraussetzen," positional language is necessarily hypothetical. But this hypothetical "voraussetzen" is in error, for it presents a pre-positional statement as if it were established, present

knowledge. This belief can be deconstructed by showing that the truths of a logic based on noncontradiction are "fictitious truths." (DE MAN, 1979, p. 124)

Neste trecho De Man comenta a crítica Nietzscheana à chamada lógica da identidade e sua possibilidade de se estabelecer como “verdade”, em oposição à opinião (doxa). Toda proposição é, com efeito, uma pressuposição. É notável aqui a semelhança entre a forma com a qual Nietzsche torna visível a ilusão da constatação com a forma pela qual Barthes torna visível a ilusão referencial. Se o que caracteriza o performativo é a sua capacidade de persuadir o interlocutor através daquilo que se faz com as palavras - por exemplo, a capacidade de se persuadir o interlocutor da legitimidade de uma promessa ou juramento – poderíamos dizer que o constativo é uma espécie de performativo perfeito. Pois é como se fossemos incapazes de reconhecer nele nenhum traço performativo, nenhuma tentativa de persuasão, nenhum traço do "fazer" algo com as palavras, fato que é mais facilmente perceptível nas formas clássicas descritas por Austin como exemplos do performativo. Quando chegamos a classificar um enunciado como constativo ele já nos persuadiu tão efetivamente que aceitamos com placidez a existência das entidades presentes nesse enunciado, restando apenas julgar se a forma como sentença conjuga tais entidades é verdadeira ou falsa. De tal modo, que até para considerar falso um enunciado constativo, devemos ao menos aceitar o pressuposto sobre a existência das entidades a que ele se refere.

Um pequeno exemplo pode nos ajudar a compreender isso. Ontem pela manhã quando aqui estávamos com o ar condicionado funcionando em potência máxima, um simples enunciado constativo “está frio”, tem implícito algo performativo de tal modo que essa constatação traz consequências pragmáticas, fazendo com que meu interlocutor desempenhe a ação de diminuir a potência do ar. “Está frio” sugere a existência de um referente e não uma mera impressão subjetiva, apesar de sabermos como essas dimensões subjetivas estão implicadas em eventos como percepção da temperatura. Ela passa a significar um real como dado bruto, constituindo assim um “efeito de real”.

Eis aí, talvez, o caráter performativo da constatação: nos fazer crer na perspectiva de uma linguagem autônoma, descolada de uma posição de sujeito, cujo fundamento é uma espécie de casamento harmonioso entre linguagem e mundo. Concluímos disso que a produção de referentes é uma espécie de performativo "feliz" (no sentido austiniano do

termo), tão bem executado que não deixa traços da própria persuasão que é capaz de empreender.

Referências bibliográficas:

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRUSS, Elizabeth. *Autobiographical acts: the changing situation of a literary genre*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1976.

DE MAN, Paul. "Autobiography as De-Facement", In: *The Rhetoric of Romanticism*, New York: Columbia University Press, 1984.

DE MAN, Paul. *Allegories of reading: figural language in Rousseau, Nietzsche and Proust*, New Haven and London: Yale University Press, 1979.

LEE, Henrique. Uma minúscula imitação da morte: espaço autobiográfico em Yukio Mishima e efeitos performativos. *Revista Itinerários*. Araquara, n.40, p. 185-199, jan.-jun. 2015.

LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

